

Nossa terra tem mais vida: agricultura e emprego rural no Brasil na virada do milênio

Henrique de Barros

Apresentação

A Gelre Coletânea – Série Estudos do Trabalho – uma iniciativa da Gelre, empresa especializada em Relações Humanas no Trabalho – chega ao seu quarto exemplar: “Nossa terra tem mais vida: agricultura e emprego rural no Brasil na virada do milênio”, de Henrique de Barros. A exemplo dos anteriores, este ensaio inédito resulta da parceria entre a empresa de RH e uma universidade, no caso a Federal Rural de Pernambuco onde o autor atua como professor. A série visa colaborar com o desenvolvimento da rede de relações que envolvem o setor trabalhista no Brasil, desta vez provocando a discussão sobre a agricultura, com base nas características do mercado de trabalho rural brasileiro.

O estudo procura estabelecer um perfil da evolução do emprego rural no Brasil, a partir de uma perspectiva histórica. Foram usados indicadores qualitativos e quantitativos que mostram as principais mudanças ocorridas ao longo do tempo nas condições do trabalho rural, considerando-se as diferenças regionais. Com problemas e perspectivas do emprego rural também levados em conta, o autor aponta oportunidades e restrições ao crescimento do mercado de trabalho na agricultura do país. E encaminha, ainda, algumas propostas ligadas ao uso dos recursos públicos locais, capazes de trazer novos estímulos ao emprego em comunidades rurais.

Empresa que há mais de 40 anos lida com mercado de trabalho em todas as regiões do Brasil, a Gelre, com essa série de estudos, consolida sua proposta de contribuir na divulgação de análises para estudo e, conseqüentemente, provocar a discussão entre todos aqueles que articulam o Trabalho no País. Sempre, é claro, no sentido de melhorar as condições econômicas brasileiras, como, neste caso, a dos trabalhadores rurais.

Índice

Prefácio	6
Introdução: com o trabalhador rural em nossa mesa	8
A agricultura no processo civilizatório	10
O trabalho rural na formação brasileira	12
Diversidades regionais: as relações de trabalho no mundo rural brasileiro	15
A modernização dos anos 1970: a agricultura estimulada pela indústria	19
Mão-de-obra rural: subordinação, dissolução ou permanência?	28
Educação para o mercado de trabalho: os desafios da redução das desigualdades	39
Uma visão estatística do emprego e renda no Brasil	41
Gênero e geração: ajustamentos e correções necessárias	44
Conclusões: As novas realidades do trabalho na agricultura brasileira	50
Bibliografia	56
Biografia do autor	59
Sobre a Universidade Federal de Pernambuco	61
Sobre a Organização Gelre	62

O mundo da produção agrícola

Com este quarto fascículo da série Estudos do Trabalho, a Gelre oferece aos seus parceiros sociais, clientes, colaboradores, comunicadores, governantes etc, um ensaio elaborado pelo professor Henrique de Barros que nos apresenta uma visão abrangente sobre o mundo da produção agrícola, enfocando especialmente o trabalho rural.

Parece-nos crucial o debate em torno do tema e o texto agora apresentado pode ser um passo importante no caminho para definir as formas mais adequadas para regular as relações entre os diversos participantes neste processo da produção rural, da produção de alimentos.

A visão histórica apresentada pelo professor Barros é fascinante e nos mostra acertos e desacertos do passado, dos quais deveremos tirar ensinamentos para construir um mundo do trabalho rural melhor para o hoje e o amanhã.

A crescente importância de tecnologia, e por conseqüência do ensino, e a necessidade de níveis de produtividade tanto dos recursos materiais como do trabalho são alguns dos aspectos da evolução comuns a todos os ramos de atividade, mas não menos presentes na agricultura. Ao mesmo tempo, a atividade rural tem características próprias que não podem ser ignoradas.

Diversidade das culturas e dos climas, sazonalidade e outros aspectos exigem regras diferentes para administrar os riscos e dividir os benefícios de maneira que todos os envolvidos tenham sua dignidade humana respeitada sem prejuízo dos legítimos interesses e objetivos individuais e com alcance do bem comum. Bem este que se realiza quando se concretiza a idéia de que, nas palavras do professor Barros, "o papel do Governo, como das demais instituições que organizam e estruturam a sociedade, é criar um ambiente favorável para que o

desenvolvimento aconteça".

Acreditamos que este estudo nos ajudará a progredir no diálogo que procura melhorar as relações no importante trabalho de produzir os alimentos dos quais o Brasil necessita, não só para nutrir sua população mas também para ser o celeiro do mundo.

O trabalho aqui apresentado contém grande riqueza de dados complementados com uma visão, na nossa opinião, profunda e abrangente.

Ao professor Henrique de Barros nossos agradecimentos, e à sociedade brasileira, nosso compromisso de continuar colaborando para juntos enfrentarmos, conscientes de que estamos progredindo, as grandes dificuldades existentes no ambiente do trabalho rural.

Jan Wiegerinck, presidente da Organização Gelre

Introdução: com o trabalhador rural em nossa mesa

Todos os dias, ao sentarmos à mesa para nos alimentar, nos encontramos com o trabalho rural. No princípio do processo civilizatório, era um trabalho que ocupava quase todo o tempo de todas as pessoas. Hoje, o alimento que chega à nossa mesa percorre cada vez caminhos mais longos. É a chamada “valorização” ou “agregação de valor”, por meio de processos de trabalho cada vez mais sofisticados, que agregam sabores, cores, embalagens, cozimentos, congelamentos. Antes de serem produzidos, os alimentos e as matérias-primas já passaram por diferentes graus de desenvolvimento e processamento. As sementes, os melhoramentos genéticos, os fertilizantes e defensivos orgânicos e químicos, as técnicas de cultivo ensinadas nas universidades e centros de pesquisa, todos são agregadores de mais trabalho ao processo produtivo rural. A jusante, depois de produzidos, as casas de embalagem (as “packing houses”) são responsáveis pela seleção, limpeza, desinfecção, brilho, embalagem. E depois, ainda restam as etapas de comercialização, nas CEASAs, nas feiras e mercados. Dependendo do produto, será um caminho longo, felizmente, para os 16 milhões de mulheres e homens que trabalham diretamente na produção rural do Brasil.

É para comer bem, nós, urbanos, precisamos saber disso? No capitalismo, a questão não se resume apenas a termos recursos para comprar o alimento transformado em mercadoria? Na verdade, se pensarmos num futuro melhor, numa sociedade socialmente mais justa, num meio ambiente mais equilibrado, não basta ter dinheiro para sermos verdadeiros cidadãos. Quando compramos, o que quer que seja, estamos incentivando, com nossos recursos, investimentos, produtos com maior ou menor grau de conteúdo social ou amizade para com o meio ambiente. Alimentos, também. E ainda estamos mostrando ao governo e às empresas que vale a pena investir na qualidade de vida da área

rural, porque... porque... Alguns desses porquês é o que esse trabalho procura mostrar e discutir, numa perspectiva histórica e com contornos regionais dentro de nosso país.

Na primeira parte, revisamos o papel da agricultura no processo civilizatório. Em seguida, percorremos os caminhos tormentosos do trabalho rural na colonização brasileira, até chegarmos no século 19, anos de transição para a afirmação de uma nacionalidade brasileira, fruto das contradições entre liberdade e cativeiro, entre obrigação e sujeição. Mais adiante, nos anos 1960 encontramos de novo o trabalhador rural sob o fogo cruzado da política, entre os protetores socialistas e os empregadores democratas. Cada um buscando tirar proveito dos sofrimentos ou das oportunidades do trabalhador para seus próprios desenvolvimentos.

Em anos mais recentes, desde os anos 1990 o trabalho rural começa a ser enxergado com novos olhares. Da dissolução à resiliência; do incômodo das estatísticas sociais a oportunidades de novas políticas públicas; de dependentes a parceiros do desenvolvimento rural. E o espaço rural cada vez mais transformado, valorizado, procurado por ocupados ou não, trabalhado por residentes nas cidades, disputado pelos “sem terra”.

Conhecer e compreender essa trajetória é o que propomos como contribuição às suas próximas opções de consumidor-cidadão.

A agricultura no processo civilizatório

Para os primeiros grupos humanos que se organizaram há 20 mil anos, a coleta de alimentos era a fonte de sua subsistência. Nas áreas costeiras, os manguezais eram fontes importantes de alimentos, sob a forma de ostras e caranguejos. Eram grupos dispersos, nômades pela necessidade de ampliar os territórios, com seu crescimento limitado pela escassez de fontes de alimentação. Muito tempo depois, há cerca de 10 mil anos, a civilização toma a forma do cultivo da terra e da domesticação de animais para a subsistência. A derrubada das florestas para o cultivo contou primeiro com as pedras lascadas (as *flint-stones* na Inglaterra), que se transformaram em ferramentas de corte e arados que foram aos poucos permitindo aumentar a produtividade dos agricultores. As sobras de alimentos foram liberando o tempo de parte das famílias para outras atividades.

Ao lado dos grupos humanos que se fixaram pelo cultivo da terra, continuaram a existir as sociedades nômades, criadoras de animais, acompanhando seus rebanhos em busca de pastagens. Grupos aguerridos, centrados na defesa dos direitos de sobrevivência de seus animais, que constituíam a base de sua sobrevivência. (Ribeiro, 1970)

Enquanto isso, a agricultura avançava, como elemento de socialização, proporcionando os alimentos essenciais para a expansão populacional da humanidade. Mas não apenas isso. É da necessidade de armazenar água e alimentos que irá surgir a cerâmica. As ferramentas de pedra e metais que cortam árvores e preparam a terra serão as mesmas que defenderão territórios e lutarão as guerras. No Egito e na Mesopotâmia, e mais tarde nas Américas, as tecnologias de irrigação vão permitir liberar o tempo de trabalho dos sacerdotes para o desenvolvimento das ciências e das artes, e para alimentar os escravos que construiriam os grandes monumentos que até hoje impressionam a nossa sociedade.

A ampliação da oferta de alimentos permitiu dedicar o tempo livre para outras atividades. Essa é a base da expansão das cidades. E por meio delas surge a identificação dos povos com seus territórios: as nacionalidades. Tecnologias de irrigação vão permitir liberar o tempo de trabalho para o desenvolvimento das ciências e das artes, e para alimentar os escravos que construiriam os grandes monumentos que até hoje impressionam a nossa sociedade.

A mesma agricultura que produz alimentos e matérias-primas é aquela por onde evoluem e se desenvolvem as relações sociais de trabalho. Pela agricultura passaram, ou ainda permanecem, todas as formas de submissão, mais ou menos violentas, do homem sobre seus semelhantes, e também sobre os animais. Extrair energia para a produção agrícola foi a razão de guerras infundáveis e a submissão de sociedades inteiras à escravidão, sendo a África talvez o caso mais dramático. Na Idade Média da Europa e da Ásia, a terra era alugada aos servos em troca do trabalho agrícola e do serviço prestado nos exércitos de seus senhores para defender ou expandir seus territórios.

Com o avanço do processo civilizatório, a agricultura segue cumprindo outras missões. Serão os cultivos de matérias-primas, do algodão e do açúcar, mais tarde o café, que a partir do século 18 consolidarão a expansão da produção industrial, impulsionando com ela a revolução dos transportes e de um sem número de tecnologias que foram dando forma e conteúdo à nossa civilização urbana.

O trabalho rural na formação brasileira

No início do século 18, eles eram vistos como “os pés e as mãos dos senhores de engenho”, pelo jesuíta Antonil. Os escravos eram a parte mais cara e fundamental da produção açucareira no Nordeste. Por três séculos eles foram parte de investimentos vultosos que alimentavam o comércio colonial. A partir do final do século 18, a escravidão será também a representação do atraso para uma economia em expansão, onde o trabalhador precisará desempenhar outra função além da simples força de trabalho: a de consumidor de mercadorias e serviços. Da reprodução da mão-de-obra dependerá a reprodução de outros grupos e setores da economia, que venderão aos trabalhadores seus produtos em troca dos salários.¹

No Brasil e nos demais países escravistas, a consolidação do capitalismo no início do século 19 vai exigir a humanização das relações de trabalho, com a substituição do escravo pelo trabalhador assalariado, agora transformado também em consumidor. Mas essa transição não será completa nem tranqüila. A mudança para o trabalho livre na agricultura fará incontáveis vítimas nos Estados Unidos, no Caribe, na Índia. Em outras partes, como no Nordeste do Brasil e outros territórios latinos, os antigos escravos, libertados pela idade ou pelo “ventre livre”, serão transformados em moradores ou parceiros, numa condição onde parte da remuneração será trocada pelo aluguel de alguma terra para o chão da casa e os cultivos de roça², sem que o salário monetário alcançasse, ainda hoje, pouco mais do que a mera subsistência.

¹ Esse é o princípio fundamental de circulação do capitalismo: sem ele não existirá crescimento horizontal da economia. E é por isso que nenhum capitalismo avançado estimula a disparidade de recursos em suas economias. Eles só trazem problemas nas duas pontas: os pobres demais não conseguem consumir e ainda pressionam os serviços de assistência, e os ricos demais pouco participam do mercado.

² A “roça” tem o sentido no Nordeste, até hoje, de cultivos de macaxeira (ou aipim), milho e feijão.

O preconceito e o desprestígio para com o trabalhador nacional – os “caboclos”, do Sul ou da Amazônia – acusados de pouco capazes ou indolentes, vão estimular a criação de oportunidades aos imigrantes europeus e mais tarde os asiáticos, a partir da metade do século 19. Tal como no período colonial, a imigração representaria, ela própria, um lucrativo negócio incentivado pelos governos provinciais e nacionais. O argumento em favor da importação de mão-de-obra era reforçado pela idéia de que

“a qualificação dos nacionais e dos de origem afro seria difícil, custosa e demorada, pois possuíam modos ou hábitos de vida considerados pouco metódicos e comportamentos incertos em relação ao conceito dominante do trabalho. Esta ausência de disciplina metódica e de regularidade no trabalho são argumentos constantes até hoje.” (Gehlen, 2004)

Mas a resistência ao trabalho assalariado terá seu preço. Essas regiões vão perder o seu dinamismo econômico; os mercados consumidores serão limitados pela expansão da renda dos trabalhadores, deixando em consequência de justificar investimentos produtivos. As poucas exigências do mercado de trabalho vão se refletir nas condições de educação e saúde, deixando o trabalhador de ser um parceiro na produção para se tornar um cobrador de dívidas sociais. Um exemplo continua sendo a Zona da Mata do Nordeste, onde os sindicatos de trabalhadores rurais são mantidos, já há vários anos, quase exclusivamente pelos descontos permitidos pelos aposentados rurais.

Um sonho tropical

Na Amazônia, a procura pela borracha a partir da metade do século 19 fez surgir um projeto grandioso. Uma estrada de ferro ligaria a região nordeste do Pará, com potencial para a agricultura de alimentos, especialmente a mandioca, a Belém, de onde a produção sairia por barcos para alcançar os seringueiros no interior da floresta. Às margens da estrada de ferro Belém-Bragança estariam localizadas as colônias onde imigrantes europeus seriam alojados.³ Entretanto, dos vários grupos de europeus atraídos para a região, apenas alguns poucos espanhóis permaneceram. Como resultado, as margens da ferrovia foram ocupadas efetivamente pelos nordestinos, na maioria cearenses, na passagem para a região da Amazônia ocidental.

³ “Só em 1884 é que foram implantados os primeiros 29 quilômetros de trilhos da ferrovia Bragantina, com o trecho Belém-Benevides. Todo o trajeto Belém-Bragança (cerca de 200 km) só foi concluído em 1908.” Coordenadoria de Comunicação Social do Governo do Pará. Núcleo de Jornalismo da CCS / <http://www.pa.gov.br/conhecaopara/marituba4.asp>

Diversidades regionais: as relações de trabalho no mundo rural brasileiro

A extensão e a diversidade do Brasil estimularam o desenvolvimento de uma variedade de relações de trabalho na agricultura. A maioria dessas relações foi determinada pelo risco associado à produção. No Sul, predominaram as formas de produção familiar, combinadas com o trabalho assalariado. O arrendamento de terras para o plantio de arroz tornou-se tradição no vale do rio Uruguai, ao longo das fronteiras gaúchas. No Nordeste, formas de trabalho em regime de meação predominaram nos plantios de cebola ao longo do trecho médio do Rio São Francisco, enquanto o sistema de parceria gado-subsistência-algodão desenvolveu-se por mais de um século desde o Agreste até o Alto Sertão. Formas de trabalho temporário foram as que substituíram o morador das zonas canavieiras, dentro do processo de atribuição de vantagens e direitos pecuniários aos trabalhadores sem apoio adequado nas estruturas econômicas dos anos 1960 e 1970.

Mas é a lavoura mais rentável de cada período que irá comandar as transformações mais profundas no mercado de trabalho rural. A expansão do café, a partir de 1850, traz consigo um dinamismo que desafia as oligarquias agrárias escravistas e impõe novos padrões baseados no trabalho assalariado. O café promove a circulação de moeda essencial para o crescimento econômico⁴. Imigrantes europeus, e mais tarde asiáticos, irão transformar o campo paulista e a sociedade tradicional com novos padrões de consumo e uma diversidade cultural envolvente. A transformação é tão forte que as estruturas políticas não resistem às

⁴ “O café foi a base do crescimento industrial nacional porque proporcionava o pré-requisito mais elementar de um sistema industrial – a economia monetária.” “Em 1872, (...) assim que os lavradores encontraram um mercado que pagava em dinheiro os seus produtos, aumentou o volume de dinheiro em circulação e o crédito bancário.” (Dean, 1971, p.10)

pressões urbanas por um novo sistema de poder. A transformação econômica exige novas estruturas políticas que facilitarão a expansão econômica. A República surge como a resposta mais coerente às expectativas de crescimento urbano-industriais, uma vez mais viabilizadas pela agricultura de alimentos em todo o país.

No Nordeste, aos prenúncios da abolição, a grande lavoura canavieira se apressa por exportar seus escravos para o Sul, estimulada pelos preços da mão-de-obra, valorizada pela cafeicultura em expansão. Pouco mais de um século depois, na década de 1970, será a seqüência arroz - gado e soja que irá liderar as frentes de expansão da agricultura em direção ao cerrados do Centro-Oeste, Sul da Amazônia e do Nordeste Ocidental. Em alguns pólos, como na região do Rio São Francisco, em Pernambuco, a fruticultura irrigada irá determinar um padrão específico de relações de trabalho, onde o trabalho temporário e feminino tem sido predominante desde os anos 1980.

Em outras áreas do Nordeste, a meação predomina ainda no plantio da cebola, no Rio São Francisco, no que restou de terras agricultáveis inundadas pelas represas de Itaparica e de Sobradinho. O arrendamento capitalista será, por sua vez, encontrado nas lavouras de arroz gaúchas e nas plantações de cacau da Bahia nos anos 1970.

A divisão do risco entre proprietários e trabalhadores foi determinante de outras formas de relações de trabalho na agricultura do Nordeste. O “sistema gado-milho-feijão-algodão” do Agreste da Paraíba e de Pernambuco, que predominou até os anos 1970, era baseado no cultivo pelo trabalhador do milho e feijão, junto com o algodão. A colheita do milho e do feijão pertenceria, no todo ou em parte – dependendo da contribuição do proprietário – ao trabalhador, enquanto o algodão, de maior valor, representaria o lucro do patrão. As palhas também eram deixadas para o gado da propriedade. Nas negociações

entre patrões e empregados, predominava a maior oferta de mão-de-obra, resultado em situações desfavoráveis aos trabalhadores.

Na área da cana-de-açúcar, a partir dos anos 1970 predomina o trabalho assalariado. As formas de parceria incorporadas ao sistema de moradores deixam de ser uma solução para se tornarem uma séria ameaça para os proprietários, depois que os avanços dos direitos trabalhistas são estendidos aos trabalhadores rurais. O Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963 ⁵, sinaliza com um tratamento específico para os direitos aos trabalhadores rurais. A possibilidade de transformar o tempo de morador em dívidas trabalhistas irá deflagrar um movimento de expulsão generalizada de antigos moradores e a substituição pelos assalariados e bóias-frias. Apenas em 2000 essa legislação será alterada, após um acirrado debate, onde se destacava a necessidade de reduzir tensões no campo, diante dos riscos de ações trabalhistas de empregados e ex-empregados. “Muitas dessas ações, ‘millionárias!’, fechavam propriedades rurais provocando o desemprego. Era preciso, enfim, alterar a Constituição para impedir que o assalariado rural pudesse reclamar direitos de todo o contrato; mudar a regra prescricional, então uma ameaça constante contra os ‘produtores’, para igualar os *empregadores* do campo aos *empregadores* da cidade. A regra a prevalecer deveria ser aquela que limita, em até dois anos, o direito a reclamar os direitos trabalhistas de até cinco anos passados.” (Freitas, 2001) Os estímulos para a redução da mão-de-obra permanente e sua substituição pela mecanização é reforçado em 1964, no primeiro ano do regime militar, com a promulgação do Estatuto da

⁵ A preocupação maior da época era com a prescrição do direito de reclamação dos trabalhadores rurais, que pela legislação vigente permaneceria em vigor até cinco anos após a rescisão dos contratos. Apenas em 2000, uma emenda constitucional irá equiparar esse direito aos dos trabalhadores urbanos.

Terra. Ali se propunham medidas voltadas para a modernização do campo em bases capitalistas. A nova legislação consideraria nocivos ao sistema econômico tanto o latifúndio quanto o minifúndio. Era preciso estabelecer bases novas, apoiadas em mercados, para o desenvolvimento da agricultura. Sem isso não seria possível avançar no processo de industrialização. Mais do que isso, a agricultura passava a ser encarada não apenas como produtora de alimentos e matérias-primas, mas também como consumidora de insumos industriais, como veremos mais adiante.

O impacto da substituição dos moradores por clandestinos e bóias-frias deixou marcas profundas na paisagem física e no tecido social da Zona da Mata do Nordeste, em particular em Pernambuco. Os antigos sítios onde se plantavam as roças e fruteiras foram abandonados, seus ocupantes alojados nas “ruas”, representada pelas fileiras de casebres de taipa ou de tijolo aparente, em encostas íngremes dos povoados da região, com pouca ou quase nenhuma infra-estrutura. A precarização das condições de vida se agravou ainda mais, na medida em que os moradores não são substituídos por temporários, na mesma proporção. No lugar de muitos deles, tratores e apanhadeiras de cana vão substituir uma parcela considerável da mão-de-obra, com maiores vantagens econômicas para os empresários canavieiros.

A modernização dos anos 1970: a agricultura estimulada pela indústria

O crescimento mundial dos anos 1970 foi governado por um novo degrau no avanço tecnológico. Desenvolvimentos nas áreas da química e da engenharia mecânica, combinados com avanços na genética e na agronomia teriam um impacto considerável na agricultura de alimentos. A chamada Revolução Verde representaria o desenvolvimento de variedades melhoradas de arroz, milho e trigo, que aumentaram a produtividade dos cultivos alimentares mais importantes para a humanidade. Naturalmente, o preço desse maior rendimento seria pago pelas exigências das novas variedades, sensíveis a pragas, exigentes quanto à adubação e pouco resistentes às variações climáticas.

A favor das transformações da agricultura estavam os argumentos de que a maior produtividade permitiria alimentar maiores contingentes da população a preços mais baixos. A maior oferta de alimentos favoreceria o acesso dos mais pobres aos alimentos, sejam eles produtores ou não.

Os novos cultivos representariam uma oportunidade única para o desenvolvimento de setores fundamentais da indústria química, especialmente de adubos e pesticidas. Sem contar as máquinas agrícolas, que agora passariam a ser essenciais para manter o rendimento das grandes colheitas, reduzindo os custos e as imperfeições do trabalho humano.

Essa combinação perfeita entre agricultura e indústria contou com a parceria dos bancos multilaterais de desenvolvimento para financiar os projetos de melhoramento genético e mais tarde de desenvolvimento rural, que colocariam em prática as tecnologias agrícolas e os arranjos produtivos propostos para mudar a realidade rural daquela década.

Modernização agrícola e desestruturação do ecossistema

Um dos casos mais dramáticos da modernização agrícola, inspirada pela Revolução Verde no Brasil, talvez tenha sido a que ocorreu na região de várzeas que separa Alagoas de Sergipe, quase na foz do Rio São Francisco. A elevação e regularização da vazão do rio pela represa de Sobradinho ameaçaram a região com a perda dos sistemas de cheias naturais, que eram usados para o plantio do arroz. Para evitar a inundação permanente de algumas áreas, um grandioso projeto de controle das várzeas foi implantado, com recursos do Banco Mundial. O projeto, iniciado nos primeiros anos da década de 1970, previa um sistema de bombeamento que reproduziria com vantagens o sistema de enchimento e drenagem das águas para o plantio do arroz.

Uma das conseqüências mais sérias da reestruturação produtiva foi a desapropriação de todas as propriedades existentes nas várzeas, fossem elas pequenas ou grandes. Na organização dos novos assentamentos, houve muitos casos em que os antigos meeiros passaram a ser proprietários de lotes, enquanto os antigos patrões se tornaram seus empregados. Mas para quase um terço das famílias, a única alternativa foi a migração, já que não foram criados lotes suficientes para todos. Para reduzir custos de implantação, os lotes ainda foram aumentados em relação ao projeto original, o que reduziu ainda mais o número de beneficiados.

Entre os problemas ecológicos causados pelos novos projetos estava a reprodução de roedores e de caramujos da esquistossomose nas terras de produção e canais de irrigação. No passado, as enchentes serviam como elementos de limpeza ou controle das pragas que atacavam as colheitas. Hoje, um lote deixado sem cultivo se transforma num ninho de onde saem milhares de roedores para devorar os lotes

vizinhos em questão de horas.

As antigas lagoas também atuavam como criadouros de peixes e camarão, que complementavam a renda das famílias locais. Depois dos novos projetos, o arroz tornou-se a única fonte de renda para a maioria das famílias.

As variedades tradicionais de arroz cultivadas na região eram altas para sobreviver às enchentes. A energia que gastavam para crescer reduzia a quantidade de grãos produzidos. Hoje, com as cheias controladas e a irrigação, as novas variedades podem ser menores, porém mais exigentes em fertilizantes e controle da água.

Trinta anos depois do início dos projetos, ironicamente muitas famílias tornaram-se proprietárias de grandes áreas, reconstituindo, em bases mais modernas, a concentração fundiária que o projeto inicial se propunha a superar.

Para reduzir custos, a mão-de-obra está sendo reduzida pela introdução do plantio direto, que exige o uso de herbicidas, que contaminam as águas da região. O trabalho de plantio e transplantio, típico das mulheres, também vem sendo reduzido.

Para a maioria dos produtores, os custos e as novas incertezas trazidas pela produção irrigada impedem que os ganhos com a modernização se transfiram para suas condições de vida e de seus trabalhadores.
(Barros, H., 1983 e visitas posteriores ao campo)

Foram inúmeras as avaliações das conseqüências da Revolução Verde sobre o emprego no mundo em desenvolvimento. As perguntas fundamentais seriam: (i) houve impacto considerável sobre a desnutrição?; e (ii) o aumento da produção chegou a beneficiar os agricultores pobres por meio de aumentos de renda e consumo? (Conway, 2003)

No primeiro caso, os níveis de desnutrição tiveram uma redução no

caso da pobreza extrema em regiões como a China, África e América Latina. Em áreas rurais, como na África Subsaariana, o número de subnutridos aumentou. (Conway, 2003) Em muitos países, o aumento da oferta de alimentos, muitas vezes resultados de subsídios aos produtores dos países do Norte, ajudou a derrubar os preços dos alimentos. Subsídios ao trigo importado, no Brasil dos anos 1970 e 1980 ajudaram a criar hábitos de consumo que afastaram grande parte dos consumidores urbanos dos produtos tradicionais da agricultura familiar.

As características das novas variedades ajudaram a aumentar o emprego rural. Maiores exigências de água, densidades de uso de sementes, cuidados na semeadura, tratos culturais, além da possibilidade de maior número de colheitas por ano agrícola ocorreram com o arroz, o milho e o trigo. Outras características, porém, eliminam o trabalho humano, como o plantio direto do arroz, que dispensa o transplante, tarefas típicas femininas na região do Baixo São Francisco (Alagoas/Sergipe). A mecanização, estimulada pelo aumento da produção e as necessidades de uniformização, expandiu-se com rapidez, apoiada por programas de crédito rural subsidiados em todo o mundo. Entretanto, dependendo do tipo de mecanização, seus impactos podem ser positivos ou negativos sobre o emprego rural. Tecnologias de irrigação, fertilizantes, defensivos, são capazes de aumentar o emprego, enquanto cultivadores, colheitadeiras e debulhadeiras são capazes de reduzir acentuadamente a oferta de trabalho. Um balanço do emprego na Índia no início dos anos 1980 indica que a duplicação dos rendimentos aumentou o emprego em até 30 a 50%, mas o crescimento da mecanização reduziu esse aumento para 10-30%. Ao mesmo tempo, a oferta de trabalhadores rurais tem crescido de 2 a 3% ao ano, o que resulta numa pressão sobre o salário real na agricultura. (Conway, 2003)

Outra consequência foram as mudanças nas relações sociais nas

áreas rurais. A auto-ajuda em sistemas de subsistência foi sendo substituída por relações de trabalho de base monetária. Sistemas de troca de comida por trabalho ou moradia passaram a ser desestimulados por novas estruturas legais. A qualidade do trabalho também muda. O morador e o assalariado permanente deixam lugar para os bóias-frias, em grande parte mulheres e jovens, quase crianças. É o caso das áreas canavieiras e as de fruticultura para exportação.

A direção dos fluxos de recursos também mudou. A crescente dependência de tecnologias, sementes e outros insumos fez crescer os fluxos de renda na direção dos fornecedores urbanos ou do exterior, reduzindo ainda mais os ganhos dos produtores e trabalhadores locais. Acrescente-se a isso as centrais de abastecimento, idealizadas para reduzir os custos para os consumidores urbanos, a partir da criação de um mercado mais competitivo para os produtos agrícolas.

No Brasil, três programas foram financiados pelo Banco Mundial para o Nordeste como aplicações do modelo de modernização tecnológica nos moldes da Revolução Verde: o POLONORDESTE, o Programa Nacional de Irrigação e o Programa de Recuperação das Várzeas do Baixo São Francisco. Todos procuravam introduzir elementos modernizadores – financiamento, assistência técnica, infraestrutura, insumos modernos, tecnologias de irrigação, reestruturação fundiária –, um conjunto de fatores que pudesse romper com o que era considerado um atraso tecnológico persistente, causador de baixos rendimentos da agricultura regional e portanto responsável pelas precárias condições de vida da população rural.⁶

A modernização tecnológica terá como preço imediato uma redução da procura por trabalhadores rurais. A maioria dos projetos não incor-

⁶ Castro, J.M et al. 1985. Aspectos gerais da agropecuária do Nordeste, Recife, SUDENE.

pora novas terras à produção, mas simplesmente moderniza espaços rurais tradicionais.⁷ Como resultado, uma solução recorrente para mão-de-obra “excedente” do Nordeste será o “aumento da sua mobilidade espacial”, seja por meio da abertura de frentes amazônicas, como realizado durante os anos 1970, seja por meio de uma educação pública sem conexão com o campo, voltada apenas para a solução de problemas urbanos. Porém, o que foi esquecido nos estímulos às migrações regionais era que os seus fluxos levariam consigo não os menos produtivos, mas sim os mais preparados, o melhor da mão-de-obra regional. Ficariam para trás os mais velhos e os muito jovens, muitas mulheres impedidas de migrar pelos filhos jovens – as “viúvas da seca” –, ao lado dos menos confiantes para enfrentar os desafios do trabalho em outras regiões. Assim se foram, primeiro, os seringueiros, depois os retirantes das secas, mais tarde os “reassentados” por grandes obras de irrigação e de engenharia das décadas de 1970, 1980 e 1990⁸.

O “aumento da mobilidade espacial” da população rural do Nordeste será uma proposta recorrente ao longo dos anos 1970 a 1990. Porém, o que foi esquecido nos estímulos às migrações regionais era que os seus fluxos levariam consigo não os menos produtivos, mas sim os mais preparados, o melhor da mão-de-obra regional.

⁷ Um estudo dos projetos de irrigação dos anos 1970 observou que a população beneficiada, em sua maior parte não era selecionada entre os afetados pela seca, mas sim entre pequenos proprietários rurais e ex-funcionários públicos. Por outro lado, as terras onde os projetos eram implantados não correspondiam a áreas afetadas pela seca, mas estavam dentro de bacias de açudes públicos ou próximas a grandes fontes de água, como o Rio São Francisco.

⁸ As grandes represas de energia elétrica que levariam milhares de trabalhadores foram Sobradinho, na década de 1970, Itaparica (Pernambuco/Bahia) e Tucuruí (Pará), nos anos 1980, e Xingó (Alagoas/Sergipe) e Balbina (Amazonas) nos anos 1990. Os projetos de recuperação e irrigação das várzeas do Baixo São Francisco, no início dos anos 1970, foi também responsável por milhares de migrantes para o Sul do país.

A partir dos investimentos da década de 1970, a agricultura regional sofre mudanças. Não talvez com a velocidade e na direção esperada, mas sem dúvida passos importantes foram dados.

No semi-árido, pólos de produção irrigada se desenvolvem. Eles irão completar a renda das famílias de pequenos agricultores nos períodos secos de verão. Ao longo do trecho pernambucano do rio São Francisco, a produção de tomate e de uva avança, ao lado da cana de açúcar irrigada, do melão e da melancia.

Na grande lavoura de exportação, a cana de açúcar acelera a redução do trabalho na agricultura na década de 1970. A diferença de rendimentos em favor do Sudeste será compensada pela redução do fator mais “flexível”, substituído com vantagens pelos tratores e apanhadeiras de cana. A redução do trabalho humano só não foi maior por conta da dificuldade de desenvolver colhedoras de cana para o trabalho nos terrenos acidentados da Zona da Mata pernambucana. Ainda assim, os tabuleiros mais planos de Alagoas respondem por uma expansão da produção que supera Pernambuco regionalmente. Ao longo dos anos 1980, agravam-se as falências de usinas na Mata pernambucana, sendo as terras transferidas progressivamente para os trabalhadores ou transformadas em assentamentos de reforma agrária.

“O Surgimento da Companhia Agrícola Harmonia (Zona da Mata, Pernambuco)”

As crises no setor sucro-alcooleiro a partir da década de 90 foram acompanhadas pelo aumento das reivindicações dos movimentos sociais no campo. É nesse contexto que surge o projeto Catende-Harmonia, em 1995, como consequência dos enfrentamentos judiciais entre empresários e sindicatos de trabalhadores rurais. Inicialmente concentrados nos direitos às indenizações dos 2.300 trabalhadores

demitidos, os sindicatos, diante da possibilidade do fechamento da usina e da perda do patrimônio, requereram a sua falência.

Em uma experiência inédita, a organização dos trabalhadores conseguiu a saída dos usineiros donos da empresa, impedindo seu fechamento definitivo e a dilapidação do seu patrimônio, com a manutenção de 2.800 empregos diretos. Além disso, a empresa foi recuperada nos moldes da diversificação industrial e agrícola das culturas, com a construção da Companhia Agrícola Harmonia, uma empresa em processo de autogestão, atualmente sendo administrada em regime de co-gestão entre o poder judiciário e os trabalhadores, por meio de suas organizações.

Desta forma, os trabalhadores de Catende-Harmonia conquistaram o direito de administrar um patrimônio que envolve 48 engenhos, uma área de 26.000 hectares, uma hidrelétrica, várias casas-grandes (antigas sedes de fazendas), 8 açudes, além de um parque industrial para a produção de açúcar e ração animal. Existe, ainda, uma cerâmica industrial, uma metalúrgica e uma frota de 38 unidades entre caminhões e tratores.”

Fonte: <http://www.catendeharmonia.com.br/surge.htm>

Nos anos 1990, o caso da Usina Catende, na Mata Sul de Pernambuco, com seus 2.300 empregados e 26 mil hectares, será o maior exemplo de transferência de patrimônio para a gestão dos trabalhadores, permanecendo a usina moendo a cana dos antigos empregados, agora transformados em co-proprietários. Um arranjo que, na prática, transferiu os encargos trabalhistas para os ex-trabalhadores, mas ao mesmo tempo impediu que a estrutura produtiva fosse desativada, como nas demais usinas da Zona da Mata.

As marcas deixadas pelo sistema de morada não foram apenas casas

vazias e o crescimento das “pontas de rua”. A dependência em relação ao patrão ainda permanece entre os trabalhadores da região. As decisões e responsabilidades de produtor, com suas vantagens, mas também seus riscos, encontram resistência para serem assumidas pelos novos proprietários das usinas falidas. Capacitações e educação ainda têm pela frente um longo caminho, que por certo ultrapassará mais de uma geração, para dar aos novos proprietários as condições de assumir financiamentos, controlar custos, gerenciar seus próprios empregados. A estrutura sindical dos trabalhadores rurais da Zona da Mata foi orientada para apoiar trabalhadores assalariados, e ainda precisa se adaptar às demandas dos novos proprietários.

No Sertão do Nordeste, mais precisamente no Vale do São Francisco, a agricultura de frutas ganha impulso ao longo dos anos 1980 e 1990, estimulada pela abertura de mercados e pelas vantagens comparativas das condições de produção. Uma dessas vantagens ainda permanece na forma de baixos salários para os trabalhadores assalariados nas fazendas de produção comercial. Os limites da fruticultura irrigada à redução de trabalho humano tem se traduzido na precarização das condições de trabalho, para homens e a maioria de mulheres envolvida na produção e pós-colheita. Análises indicam que as necessidades de mão-de-obra só podem ser compensadas com salários mais baixos ou aumentos de produtividade. Isso significaria trabalhar com menos profissionais mais qualificados. Uma alternativa seria o incentivo a unidades de produção menores, que permitissem maior incorporação de mão-de-obra. (Bloch, 1994)

Mão-de-obra rural: subordinação, dissolução ou permanência?

A trajetória do trabalho rural na história se confunde com as lutas pela melhoria das condições de vida dentro do capitalismo. Nos primeiros dois séculos após a revolução industrial, o poder do capital de condicionar e limitar as condições de vida dos trabalhadores será desafiado periodicamente. Epidemias, incêndios urbanos, revoltas das categorias mais necessitadas, fomes, miséria, serão periodicamente os sinais dos limites mais inferiores do que os economistas da época chamavam de “salário natural”. A partir desse ponto, tornava-se quase impossível a reprodução humana. E serão nos campos europeus que essa realidade tomará contornos mais dramáticos.

Para a economia, a trajetória do trabalhador rural apontará na direção das cidades, movida pela elevação dos rendimentos da agricultura, estimulada pela demanda de trabalho nas indústrias nascentes. Por dois séculos, os avanços nas condições de vida do mundo europeu e americano se confundirão com o crescimento e embelezamento das cidades. O campo permanecerá como sinônimo de atraso, do que ainda não se desenvolveu, dos menos preparados para enfrentar os desafios do progresso.

Nos anos 1950, o pós-Guerra apontava na direção do desenvolvimento industrial. Os modelos keynesianos de crescimento reservavam ao Governo um papel central na formação da poupança que alimentaria os investimentos industriais. Como resultado, esperava-se atender às exigências do crescimento do emprego urbano, conseqüência de uma expansão populacional crescente. O Brasil se afinava a um modelo de crescimento estruturado pelo recém criado Sistema Financeiro Internacional. O FMI e o Banco Mundial passariam a atuar como grandes coordenadores e avalistas financeiros da expansão industrial

das décadas seguintes.

Nesse contexto, seja no Brasil, seja no resto do mundo ocidental, a agricultura permaneceria como setor em transição. Os modelos mais visitados da época reservavam à agricultura um papel secundário, seja como “exército de reserva”, seja como “oferta ilimitada de mão-de-obra”, ou como uma “etapa do crescimento” a ser superada.⁹

Em todos os casos, a agricultura se manteria como essencial para a oferta de alimentos baratos para os trabalhadores do setor industrial. Essa preocupação estaria por trás dos programas de apoio à produção. O desenvolvimento social, o equilíbrio ambiental, esses poderiam esperar por mais umas três décadas para políticas e projetos públicos. Os direitos trabalhistas do trabalhador seriam de uma vez alcançados no calor de pressões e mobilizações socialistas, em 1963. Esqueceu-se porém de que o capital poderia encontrar formas de retaliação ao aumento de custos de produção que o setor urbano não estava disposto a pagar. O resultado foi uma confirmação da tendência à redução da mão-de-obra na agricultura, com impactos sobre as famílias mais pobres. O trabalho rural, já transformado em mercadoria muito tempo atrás, agora perdia seu lugar dentro das propriedades para se tornar objeto da organização dos trabalhadores e das lutas sindicais.

Para os modelos de evolução da agricultura, a expulsão dos trabalhadores era entendida como uma conseqüência natural do desenvolvimento das forças produtivas. Para o socialismo, a natureza do capital transformaria o trabalho em mercadoria como parte do processo de apropriação dos meios de produção. A transformação em proletários –

⁹ Faz-se referência aqui aos modelos marxista de crescimento, ao de Lewis (Desenvolvimento com oferta ilimitada de mão-de-obra) e às “etapas do crescimento” de W.W.Rostow.

vendedores apenas de sua força de trabalho – seria uma etapa essencial na tomada de consciência do trabalhador de sua condição de explorado. Os proletários unidos ganhariam a força necessária para organizar-se para a próxima etapa de consolidação de uma economia socialista.

Na perspectiva capitalista, o desenvolvimento econômico naturalmente trabalharia para gerar tecnologias poupadoras de trabalho humano, como parte do processo de desenvolvimento tecnológico. A mão-de-obra liberada pelo campo seria progressivamente absorvida por atividades urbano-industriais e mais tarde pelos serviços. O aumento da renda permitiria ampliar os benefícios sociais que seriam estendidos aos contingentes que não poderiam ser absorvidos pelas atividades produtivas. Esse modelo de social-democracia se mantém como a base da estrutura social europeia atual. Infelizmente, a sociedade, especialmente entre os mais jovens, nunca se conformou com a ociosidade como modo de vida. O alcoolismo, as drogas, a violência estudantil e internacional-étnica será uma resposta à necessidade do ser humano de se realizar por meio do trabalho.

No Brasil, a incapacidade da economia de distribuir renda lado a lado com o crescimento se abate com mais peso sobre o trabalho rural. O progressivo encolhimento da força de trabalho não foi ainda suficiente para que as rendas deixassem de ser as menores. Como vemos no resumo estatístico a seguir, o crescimento do emprego industrial no Brasil será acompanhado por uma redução de renda dos trabalhadores, especialmente das categorias inferiores. Esse fato é coerente com o aumento da desocupação ao longo dos anos 1980 e 1990, que atinge fortemente as áreas rurais. (David, 1999; Schneider, 1999)

Na perspectiva socialista, o processo de proletarização assumiria formas de subordinação ao capital, entre as quais a transformação em

bóias-frias seria a mais dramática ao longo dos anos 1980 e 1990. A produção “integrada” ao complexo agro-industrial seria outra forma de proletarização “disfarçada”, onde a parcela mais arriscada e menos lucrativa do processo de produção seria destinada aos produtores. A terceirização agroindustrial resolveria problemas fundamentais que dariam um novo rumo ao seu desenvolvimento. Do ponto de vista neoliberal, tratava-se de uma parceria essencial entre trabalho e capital na agricultura, beneficiando um contingente significativo de produtores que “jamais poderiam alcançar os padrões de qualidade e custos exigidos pelos consumidores urbanos.”

Nos anos 1980, a tendência à dissolução das formas de produção camponesa parecia inevitável, pelo menos para uma parcela considerável do mundo acadêmico. Entretanto, a guerra fria já dava sinais de fracasso, diante de uma realidade comunista em franco processo de desagregação na Europa e na Ásia. O tradicional conflito entre capital e trabalho começava a mostrar fortes sinais de contradição a nível teórico. Na prática, a Sociologia não parava de encontrar exemplos de uma permanência de formas de produção envolvendo trabalho e capital dentro de uma mesma realidade, ou de um mesmo teto. As formas de produção doméstica começavam a ganhar expressão, agora como uma representação da resistência, da solução, e não apenas da pobreza. No início, ainda nos anos 1970, o setor informal urbano despertava a atenção dos pesquisadores como estratégia de sobrevivência, para muitos subordinada e articulada ao capital industrial.

Mas a noção de uma produção familiar subordinada aos interesses do capital não seria uma interpretação única para os desenvolvimentos observados ao longo dos anos 1980. A identidade camponesa em busca de sua reprodução, combinada com a própria natureza da família como unidade de produção secular ganharia força, em teoria. A unidade

familiar como arranjo produtivo remonta a um período anterior ao do próprio capitalismo. Ela guarda uma função peculiar como unidade produtiva: ali se encontram, combinados, capital e trabalho, investimento e consumo, patrão e empregado, muitas vezes na mesma pessoa, ou dentro do grupo familiar.(Barros, 1991)

Essa nova categoria enriquecerá o debate teórico sobre a natureza do trabalho na agricultura nos anos seguintes. Uma categoria que sempre esteve ali, pouco visível, porém desenvolvendo estratégias próprias de reprodução. Para sorte dos urbanos, essa reprodução baseava-se na produção dos alimentos mais baratos, embora essenciais, para nosso desenvolvimento. Sem ela, teríamos de há muito esquecido como seriam as hortaliças, os tubérculos, as flores, e boa parte da produção leiteira e pecuária. Sem falar nos doces e nos queijos processados pelas pequenas oficinas de produção artesanal. Mas, sobretudo, deixando o lado romântico da produção, a essencialidade da agricultura vai perdendo diante dos avanços da tecnologia produzida para o mundo urbano.

Apenas a partir dos conflitos gerados pelos tratados de comércio internacional, na década dos 1990, a produção rural começa a buscar uma identidade. A ameaça das políticas de comércio comuns dos países centrais para as formas de produção familiares dos países periféricos ganha contornos dramáticos no México. No Brasil, o crescimento do desemprego rural em regiões como o Rio Grande do Sul apresenta forte relação com a expansão da soja a partir dos anos 1990. A competitividade internacional induzida pela liberação do comércio terá uma projeção inexorável sobre os níveis de tecnificação da agricultura, com o deslocamento das frentes de expansão da soja para a Amazônia e o Nordeste ocidental. A imposição de novas alternativas de trabalho no meio rural exigirá uma adaptação a novas ocupações, que agregam

valor ao produto agrícola e que vão limitar as perdas de população para as cidades. Formas de pluriatividade e dupla atividade serão identificadas ao longo dos anos 1990, como explicação para uma relativa permanência do emprego no meio rural do país. (Schneider, 1999)

Nos final dos anos 1980, estudos sobre as estratégias de trabalho entre produtores hortícolas no Nordeste brasileiro lançavam luzes sobre a importância da categoria de produtores familiares para o desenvolvimento rural e a manutenção de condições mínimas de harmonia entre as sociedades urbana e rural. Uma das estratégias comuns no Nordeste era a migração de apenas parte da família para ocupações urbanas, no Sul, ou na própria região. Como dissemos anteriormente, seriam os mais capazes que se lançariam em busca de novas oportunidades de ocupação. Mas os que permaneceram teriam a seu cargo não apenas os mais idosos e os mais jovens da família. Seriam eles também os responsáveis pela manutenção da propriedade, sem a qual a migração para as cidades seria inevitável. (Barros, 1991)

As estratégias desenvolvidas foram engenhosas e variadas. Os arranjos familiares tinham como base a chamada “família estendida”. Ela é formada pelos sogros, genros, cunhados, tios, sobrinhos, e outros parentes próximos. Eles sempre eram encontrados nas propriedades mais produtivas, que enfrentavam mais facilmente os riscos e os desafios de um mercado sensível como o dos produtos hortícolas. O mesmo padrão de ajuda mútua, onde existia um fundo comum, é também encontrado nas margens do São Francisco, na magnífica região de várzeas entre Sergipe e Alagoas. Nos dois casos, os parentes ajudavam a resolver um problema fundamental da modernização produtiva: a escala da produção. Normalmente, uma unidade produtiva de 2 ou de 10 hectares não é capaz de comprar um trator, ou um sistema de bombeamento, ou um transporte para a produção. Ela não tem

“escala”, produção suficiente para pagar o investimento e sua manutenção. Porém duas, três, cinco unidades de parentes já são capazes de justificar esses investimentos, com menor risco do que se associando com desconhecidos.

No lado da produção, as estratégias passavam pela sucessão inteligente de cultivos, ordenados em função do tempo da colheita. Sem falar na diversificação de produtos, para evitar e compensar os riscos das incertezas dos mercados da região.

Um fato notável entre os produtores hortícolas dos brejos do Nordeste era sua independência em relação ao governo. Sem incentivos, sem crédito para a agricultura familiar — só criado mais tarde —, em 1995, eles são até hoje capazes de sustentar o abastecimento da região metropolitana do Recife e de outras capitais do Nordeste.

A base de todas as unidades produtivas era sempre a mesma: o núcleo familiar, reforçado pela família estendida. E a comercialização, em geral era feita por um membro da comunidade, com seu Toyota ou pequeno caminhão. As perdas e as necessidades adicionais eram atendidas pelos serviços de acabamento de roupas no pólo de confecções não muito distante. A pluriatividade, que anos depois seria identificada e teria confirmada sua importância pelas estatísticas oficiais. Além do acabamento de roupas, outras ocupações pluriativas incluem, até hoje, 2005, a produção de vassouras de palha de palmeira nas comunidades locais do Brejo da Madre de Deus.

Mas a unidade familiar no Nordeste não se mantém apenas da produção própria. Muitas comunidades do semi-árido se dedicam a migrações periódicas, no intervalo da estação seca, para as colheitas de cana e de frutas de exportação no São Francisco ou nos pólos de fruticultura do Rio Grande do Norte.

O que parece fundamental em relação às atividades da produção

familiar não é a identificação de suas fraquezas, ou de seu potencial para conquistar mercados. É sua permanência como garantia de emprego para uma parcela do grupo familiar. A busca de emprego, trabalho, aqui, no nosso país, se constitui como o desafio de nosso tempo. E a consciência dessa permanência será fundamental para a definição de políticas e de seus instrumentos, que permitam ajudar essas famílias a conquistar maiores níveis de visibilidade e renda dentro dos mercados urbanos.

O que parece fundamental em relação às atividades da produção familiar é sua permanência como garantia de emprego para uma parcela do grupo familiar. E a consciência dessa permanência será fundamental para a definição de políticas e de seus instrumentos, que permitam ajudar essas famílias a conquistar maiores níveis de visibilidade e renda dentro dos mercados urbanos.

Com o amadurecimento da organização sindical, ao longo dos anos 1990, a influência da agricultura familiar do Sul foi decisiva para a criação de uma ferramenta essencial para o desenvolvimento rural do país: um sistema de crédito rural específico para as condições da agricultura familiar, pelo menos das regiões mais desenvolvidas. A partir de 1995, o PRONAF-Programa de Apoio à Agricultura Familiar, estabelece uma aliança estratégica entre a cidade e o campo. Os recursos que são emprestados, em alguns casos a fundo perdido, têm cerca da terça parte originada do FAT-Fundo de Amparo ao Trabalhador, formado pelas contribuições sobre a folha de salários de empresas urbano-industriais.¹⁰ Para a safra 2003/2004, os recursos do PRONAF foram de R\$ 4,5 bi-

¹⁰ O valor da contribuição do FAT ao PRONAF está situado em torno de R\$ 2 bilhões por ano. O saldo dos recursos do FAT destinados ao BNDES chegava em 2005 a cerca de R\$ 79 bilhões.

lhões, sendo previstos R\$ 7 bilhões para 2005.

Apesar de incluir uma parcela relativamente pequena de recursos do FAT, o PRONAF representa um avanço sem precedentes no fortalecimento da agricultura familiar e da pequena agroindústria. Infelizmente, a distribuição regional dos empréstimos do PRONAF deixa muito a desejar. Até 2004, o Nordeste só conseguia receber 20 por cento dos recursos do PRONAF, apesar de incluir 48 por cento dos estabelecimentos considerados familiares. Em contrapartida, o Sul e o Sudeste, juntos, respondiam pela contratação de 67 por cento do total do crédito concedido. Apenas na safra 2003/2004, esse montante chegou a R\$ 1.1 milhão, como afirmam os dados da Tabela 1. Disparidade maior ocorre no Centro-Oeste, que absorveu 51 % do crédito no período 1997 a 2003, apesar de contar com apenas 21 % dos estabelecimentos familiares.

Uma razão ainda determinante da baixa demanda por crédito pela agricultura familiar do Nordeste são os elevados níveis de incerteza presentes na agricultura familiar da região. Em geral, os produtos cultivados têm baixos preços e alto grau de perecibilidade. Em outros casos, como a cenoura, a maior oferta corresponde ao período de chuvas, com a conseqüente queda nos preços de mercado. No verão, a oferta reduz-se, mas em compensação apenas os produtores mais capitalizados, com sistemas de irrigação, conseguem produzir. A solução para a absorção de crédito pela produção familiar envolve a ampliação da escala, em geral pela via do associativismo. Infelizmente, a natureza individualista da produção rural e as incertezas difíceis de controlar individualmente tornam muito raros os casos em que a associação conseguiu funcionar de forma adequada. Isso não significa deixar de lado o associativismo, mas reconhecer suas limitações e como única forma de expansão da escala da produção familiar.

Outras propostas de solução para as disparidades regionais e a ainda baixa demanda de crédito apontam para o aumento das alternativas de financiamentos, a elevação do grau de capitalização para redução de riscos, além da proposição de políticas públicas “diferenciadas” para a pequena produção. Em outros casos, propõe-se que os produtores busquem aumentar sua capacidade de produzir em melhor sintonia com as exigências dos consumidores modernos. (Buainain et al., 2003; Banco do Brasil, 2004)

Na verdade, é preciso ter clareza sobre o verdadeiro alcance das chamadas “políticas públicas”. O Estado, representado por seus diferentes níveis de governo (de municipal a federal) é capaz de interferir de formas bem específicas sobre a produção e o nível de emprego na agricultura. Políticas como o assentamento de agricultores sem terra, infra-estrutura para a produção, crédito, assistência técnica, podem ter impactos sobre a qualidade e a quantidade produzida. Mas sem garantias de que os resultados vão se efetivar. Muitas vezes, os recursos destinados às *políticas* não se transformam em *projetos* locais sintonizados com a realidade. E ainda quando forem capazes de ultrapassar as limitações ou incompetências administrativas, eles irão esbarrar nas limitações de recursos para atender a uma demanda tão grande. Então, não há solução? Não, não há uma única solução, aquela que saia da mão de alguém, como um milagre transformador, divino. O papel do governo, como as demais instituições que organizam e estruturam a sociedade, é criar um ambiente favorável para que o desenvolvimento aconteça. Um ambiente que ofereça um conjunto de opções – crédito, educação em seus variados níveis, condições de infra-estrutura, justiça para definir e cobrar regras de convivência. A partir daí as atividades econômicas podem fluir, de acordo com as limitações, desejos e características culturais dos produtores.

TABELA 1. DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS RECURSOS DO PRONAF (1997 A 2003) E VALORES APLICADOS POR REGIÃO (2003/2004).

Região	Distribuição do total de estabelecimentos rurais (%)	Distribuição do crédito de 1997 a 2003 (%)	Safra 2003/2004 (valores em R\$ milhões)	Distribuição do crédito na safra 2003/2004 (%)
Norte	5	7	556,0	12
Nordeste	48	20	916,0	20
Sudeste	9	6	357,0	8
Sul	17	16	786,0	17
Centro-Oeste	21	51	1.942,0	43
Total	100	100	4.557,0	100

Fonte: Banco Central do Brasil (Bacen); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Educação para o mercado de trabalho: os desafios da redução das desigualdades

O economista José Pastore, numa análise da mobilidade social do Brasil, identifica alguns aspectos muito interessantes sobre as formas como a sociedade tem evoluído para degraus superiores de renda: “No caso da pobreza rural (lavradores, pescadores, catadores e outros trabalhadores de baixa ou nenhuma qualificação e reduzida renda), 59% dos chefes de família do Brasil nascem e ficam nessa situação e 41% saem dela ao longo da vida, - uma proporção nada desprezível (José Pastore e Nelson do Valle e Silva, **Mobilidade Social no Brasil**, Makron Books, São Paulo, 2000).” Em relação ao movimento entre gerações, “no Brasil, os que nascem e ficam na pobreza rural são apenas 39%. Para esse estrato social, 61% dos filhos estão em condições melhores do que a de seus pais. No que tange à pobreza urbana, 32% ficam na posição dos pais e 63% sobem (5% descem para a pobreza rural).” E entre os fatores que fazem as pessoas melhorarem de vida, cada vez se tornará mais importante a chamada “mobilidade circular”, onde para subir na escala social, alguém precisa descer. Para tanto, a escolaridade pode ser um fator cada vez mais importante.

Infelizmente, os dados também mostram que a escolaridade precisa de um logo prazo para se tornar uma ferramenta efetiva de mobilidade social. Para um estudo sobre escolarização, em 10 anos, a população brasileira acumulará um ganho de escolaridade de apenas 1,74 ano.

Comparada com outros países, a escolaridade no Brasil não deve atingir 9 anos de estudo antes de 2020. Enquanto isso, países como Coréia, Japão e Estados Unidos mantêm níveis de escolaridade da ordem de 10 anos. E caminham para alcançar os 18 anos até 2010. Segundo o autor, “o que realmente pesa para melhorar a distribuição de renda e reduzir a desigualdade social é aquilo que as pessoas *aprenderam* e não o que lhes foi *ensinado* e muito menos o número de anos

que passaram na escola, especialmente quando se pratica o sistema de progressão automática.” (Pastore, 2001) O desafio da qualificação para os próximos anos não será apenas o de criar oportunidades de ensino, mas sim o de promover uma educação orientada para as exigências de um mercado de trabalho cada vez mais definido por padrões globalizados.

Uma visão estatística do emprego e renda no Brasil

Estudos recentes, baseados no último censo agrícola (1995/1996) e nas PNADs, oferecem um quadro do emprego e desemprego rural no Brasil.

- Nos anos 90, cresce o número de famílias com todos os membros desempregados e das que tinham pelo menos um membro procurando emprego.
- Entre 1995 e 1998, cresce o número de famílias que possuem pelo menos um de seus membros procurando emprego, que passa de 3,9 para 5,8 milhões, um aumento de 1,9 milhão de famílias, o que corresponde a uma taxa de crescimento de 14% ao ano. Para as famílias rurais, a taxa é maior ainda: 16,3% ao ano.
- Existiam no Brasil, em 2000, cerca de 3 milhões de famílias assalariadas rurais, sendo que 2,6 milhões dessas vivendo prioritariamente das rendas oriundas da agricultura.
- Em 1995, segundo o Censo Agropecuário, 3,4 milhões de famílias rurais possuíam áreas menores que a média dos lotes nos assentamentos de reforma agrária em seus estados.
- Cerca de 1,3 milhão de famílias rurais, em 1998, tinham parte de sua renda proveniente de atividades não agrícolas. Essas são chamadas famílias pluriativas, contingente em crescimento na agricultura brasileira.
- Entre 1985 e 1996, a população ativa agrícola passou de 23,4 milhões de pessoas para 19,9 milhões, ou seja, uma perda anual de 2,39%. As exceções situam-se no norte do Mato Grosso e no oeste do Pará e em menor grau em Roraima e Ceará. (David, 1999)

- A variação do pessoal ocupado por regiões no período 1985-1996 acompanha a variação do número total de estabelecimentos e daqueles de menos de 10 ha. “Assim, a diminuição do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias - o êxodo agrícola - parece estar ligado de maneira bastante forte ao dos pequenos estabelecimentos o que, nas regiões onde eles são dominantes, traz como conseqüência uma redução sensível do número total de estabelecimentos.” (David, 1999)
- Dados do Censo de 2001 indicam que “na área rural, 78% das pessoas são pobres, ao passo que, na urbana, 46% se encontram nessa situação. Os pobres rurais para um linha de pobreza de 0,5 salários mínimos per capita representariam 27.689.248 pessoas, ou seja, aproximadamente 5 milhões de famílias. Se a linha de pobreza considerada for 0,25 salários mínimos per capita, o número total de pobres seria de 18.756.494 pessoas, cerca de 3,4 milhões de famílias.” (David, 1999)
- Dados comparativos entre os Censos demográficos de 1980 e 1991 mostram que só o setor agroindustrial mostrou uma evolução positiva. Neste período, o pessoal ocupado em atividades agroindustriais no país cresceu mais de 21%, passando de 2,8 milhões para 3,4 milhões. (David, 1999)
- “Entre 1980 e 1991 ocorrem importantes reduções de renda entre trabalhadores da agropecuária para a faixa de até 1 SM - salário mínimo. No setor agroindustrial, cabe destacar o forte crescimento da faixa de pessoal ocupado com remuneração de até 1 SM na região Nordeste: de 1980, a maioria das pessoas ocupadas na agroindústria nordestina tinha renda entre 1 e 2 SM (39,01%), sendo que logo em seguida vinham as pessoas ocupadas na faixa

de renda acima de 2 SM (37,37%).” (David, 1999)

- Em 1991, verifica-se uma brutal reversão desse quadro, com a maioria do pessoal ocupado na agroindústria passando a pertencer à faixa de renda mais baixa, 47,41%, seguida pela faixa de renda intermediária, com 27,30%, e ficando a faixa de renda acima de 2 SM em último lugar, com 24,24%. Todas as atividades agroindustriais desenvolvidas na região apresentaram transferência de pessoal ocupado das faixas de renda mais altas, especialmente da faixa intermediária, para a faixa de renda abaixo de 1 SM, mas as que mais contribuíram para essa involução nordestina foram as indústrias de papel e papelão, de bebidas, e os serviços auxiliares da agricultura e da pecuária.” (David, 1999)
- Em 1996, “a agricultura familiar respondia por 38,9% do PIB agrícola do Brasil, mas apenas 16% dos agricultores familiares tinham assistência técnica; em 1996, 38% dos mesmos tinham uma área inferior a 5 ha, 50% usavam tecnologia manual e apenas 25% usavam trator. Ou seja, havia limitações tanto na disponibilidade de terra como de tecnologia e de financiamento, que impediam um melhor desempenho desse segmento dentro do contexto da agricultura do país.” (Buainain, 2003)

Gênero e geração: ajustamentos e correções necessárias

A diferenciação das atividades rurais por gênero remonta aos primórdios da agricultura. Estudos arqueológicos apontam as mulheres como responsáveis por tarefas específicas ligadas à domesticação de animais e ao cultivo da terra. Certas especificidades biológicas do sexo feminino, como a responsabilidade pela reprodução da família, serão determinantes de atitudes confundidas com subserviência e fraqueza e geradoras de papéis sociais e econômicos secundários, numa visão clássica da economia. Nos últimos 30 anos, a progressiva compreensão da essencialidade da mulher como parte das atividades produtivas tem contribuído para a incorporação de uma visão de gênero na legislação trabalhista, especialmente em relação ao trabalho rural.

No Brasil, a conquista de novos direitos da mulher é representada por conquistas de direitos à garantia de emprego a partir da gravidez, licenças para amamentação, aposentadoria em idade inferior à dos homens, principalmente. (Batich, 2004) Entretanto, ainda são percebidos sinais de discriminação contra a mulher no mercado de trabalho, tanto urbano quanto rural. As formas de opressão física e moral, a atribuição de cargos sem a consideração de capacidades e a diferenciação de salários são fatores discriminantes ainda por evoluir ao longo do desenvolvimento. Na esfera rural, a subordinação do trabalho feminino é evidenciada por aspectos como:

- “as tarefas executadas no âmbito da esfera produtiva (produção destinada à comercialização) só são contabilizadas como parte de um esforço coletivo, na maioria das vezes aparecendo apenas como ‘ajuda’;

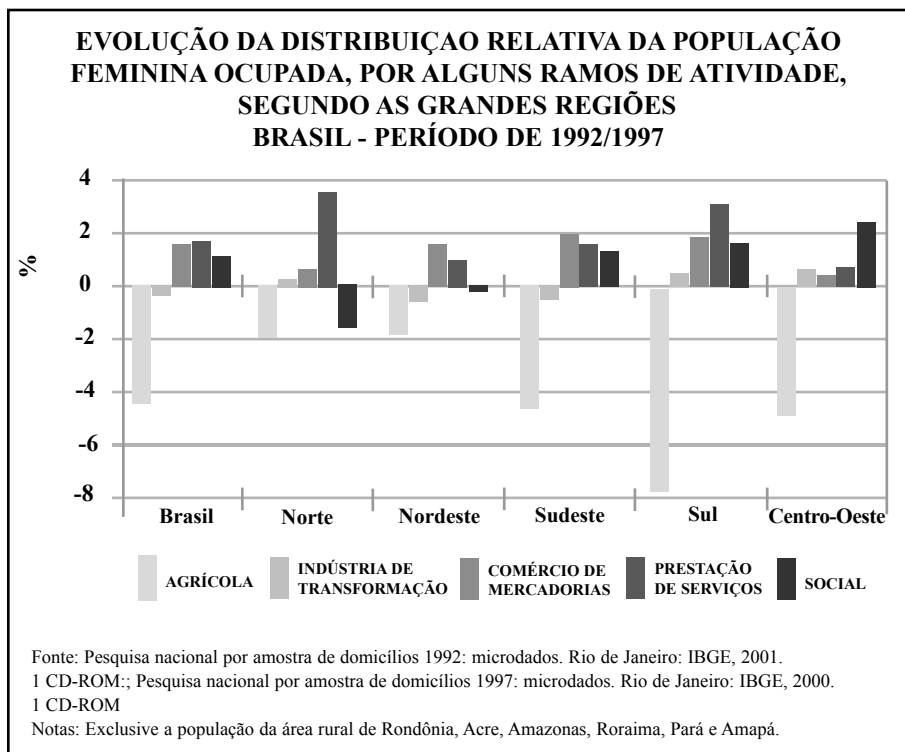
- seu trabalho na esfera produtiva permanece praticamente invisível, tendo em vista que é praticado no interior do estabelecimento, sendo os homens praticamente os únicos responsáveis pelos contatos com o exterior (contato com extensionistas, bancos, sindicato, cooperativa, firmas vendedoras de insumos e compradores);
- elas não detêm o conhecimento tecnológico necessário para administrar o estabelecimento agropecuário;
- elas não administram os recursos originados com a venda da produção.” (Brumer, 2004: 211)

Nas áreas rurais, a essencialidade da mulher como parceira da atividade produtiva tem sido discutida nos últimos anos. Além do cuidado com a família, é a mulher quem organiza e executa, junto com os filhos menores, atividades essenciais, como a busca de água, a manutenção da horta doméstica e a criação de pequenos animais. “No entanto, não se deve superestimar a importância de sua autonomia e poder nesse domínio, tendo em vista, por um lado, que as vendas feitas por elas geralmente são eventuais e de pequeno valor e, por outro, que as atividades domésticas são consideradas como secundárias, pelos próprios membros da família, em relação às atividades produtivas.” (Brumer, 2004: 212)

A redução das oportunidades de emprego rural e a baixa capacidade de obtenção de renda a partir da produção doméstica vai exigir a migração dos homens adultos em busca de trabalho, deixando para trás as mulheres com filhos menores, ampliando o que no Nordeste foi chamado de "viúvas da seca". Entretanto, como tendência geral, a aceleração das migrações para as cidades ao longo da década de 90 apre-

sentou um forte conteúdo feminino, com maiores contingentes de mulheres jovens, na faixa de 20-25 anos, buscando ocupações urbanas. (Brumer, 2004) Essa tendência é reforçada pelos dados do Gráfico 1, para o período 1992/1997. Três hipóteses são sugeridas para explicar a maior participação feminina nos processos migratórios: "a) maior oferta de trabalho para mulheres no meio urbano ligada à expansão do setor serviços; b) dinâmicas das relações de gênero na família; c)

GRÁFICO 1



relação entre processos migratórios e graus mais elevados de escolaridade." (Camarano e Abramovay, 1999)

No Nordeste, a partir dos anos 90, a mulher passará a ingressar mais fortemente nas novas oportunidades de trabalho na agricultura, especialmente a colheita e os tratos culturais de frutas, como a uva e a manga na região do São Francisco (Pernambuco/Bahia), ou na horticultura das regiões de serras próximas a Recife. Certas atividades nos cultivos e na pós-colheita são atribuídas preferencialmente às mulheres, aparentemente por suas habilidades e adaptação maiores que as dos homens. Nos cultivos de frutas do São Francisco, estimava-se que 60% dos trabalhadores eram mulheres em fins da década de 90. (Branco & Vainsencher, 2000)

Entretanto, o aumento da demanda pelo trabalho feminino não reflete, necessariamente, o aumento da qualidade do trabalho. Estudos entre as trabalhadoras nos cultivos de frutas apontam queixas constantes relacionadas com as condições de trabalho:

“(...)irritação nos olhos, cefaléia, tontura, vômito, alergia, entre outros. Esses sintomas só afetam as mulheres porque elas são as únicas responsáveis pela atividade do “raleio” da uva: a poda dos cachos de fruta para evitar o seu crescimento desordenado. As trabalhadoras ficam o dia todo com os braços levantados para o alto, com a cabeça sob os cachos, aparando com os seus olhos os resíduos advindos dos agrotóxicos. Por sua vez, somente poucas confirmaram ter procurado um médico, por ocasião da ocorrência dos sintomas. (Branco & Vainsencher, 2000).

Diferenciações entre trabalhadoras temporárias e permanentes –

que se refletem em salários e segurança no emprego - vão se refletir em discriminações contra as mais idosas, que são aceitas apenas como temporárias, ou contra as mulheres em idade fértil, incentivadas à esterilização. (Branco & Vainsencher, 2000).

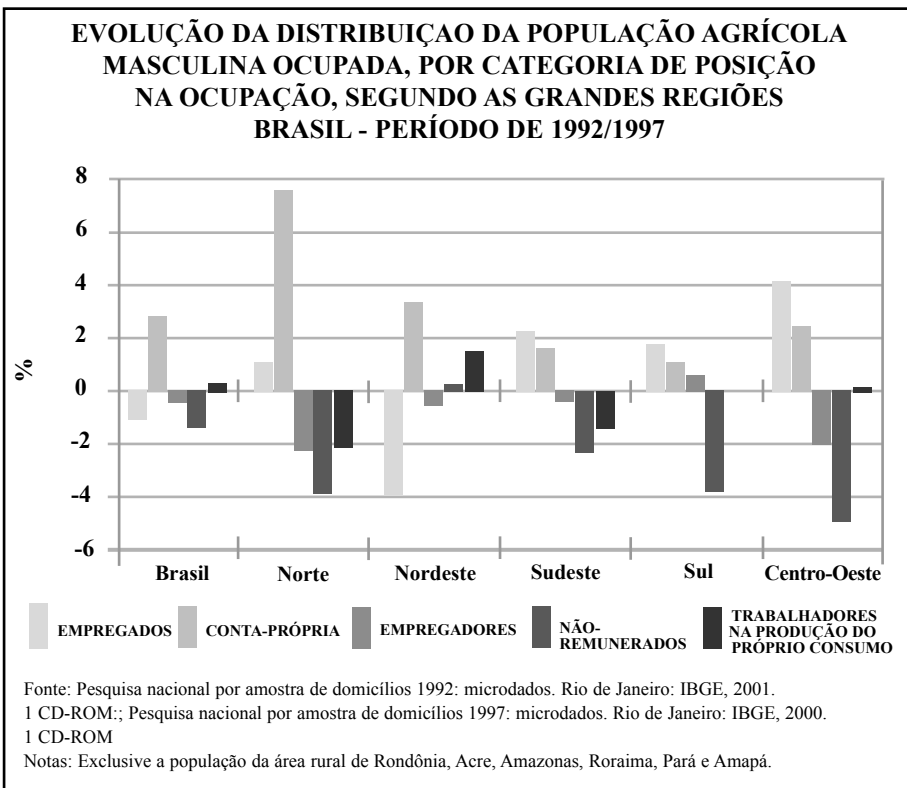
De maneira geral, a ampliação da participação da mulher no trabalho rural remunerado se faz acompanhar de mudanças e contradições que passam a afetar a vida dessas trabalhadoras, entre elas:

“a ampliação da jornada de trabalho (o trabalho doméstico não encontra substituto); a monetarização do seu trabalho; a conscientização de seus direitos (...); a exploração nas atividades agrícolas (...) através da especialização do trabalho; o comprometimento da saúde; e a (maior) participação política.”
(Rufino e Albuquerque, 1994)

Uma questão de gênero

A projeção masculina da evolução do emprego agrícola apresenta os contornos regionais delineados no Gráfico 2, ao longo dos anos 90. Para a região Nordeste, o emprego masculino se reduz fortemente, enquanto aumenta o trabalho por conta própria em todas as regiões. Em contraste, os dados do emprego feminino indicam um forte aumento do trabalho para o próprio consumo, mostrando a precariedade das condições de emprego feminino na agricultura em geral.

GRÁFICO 2

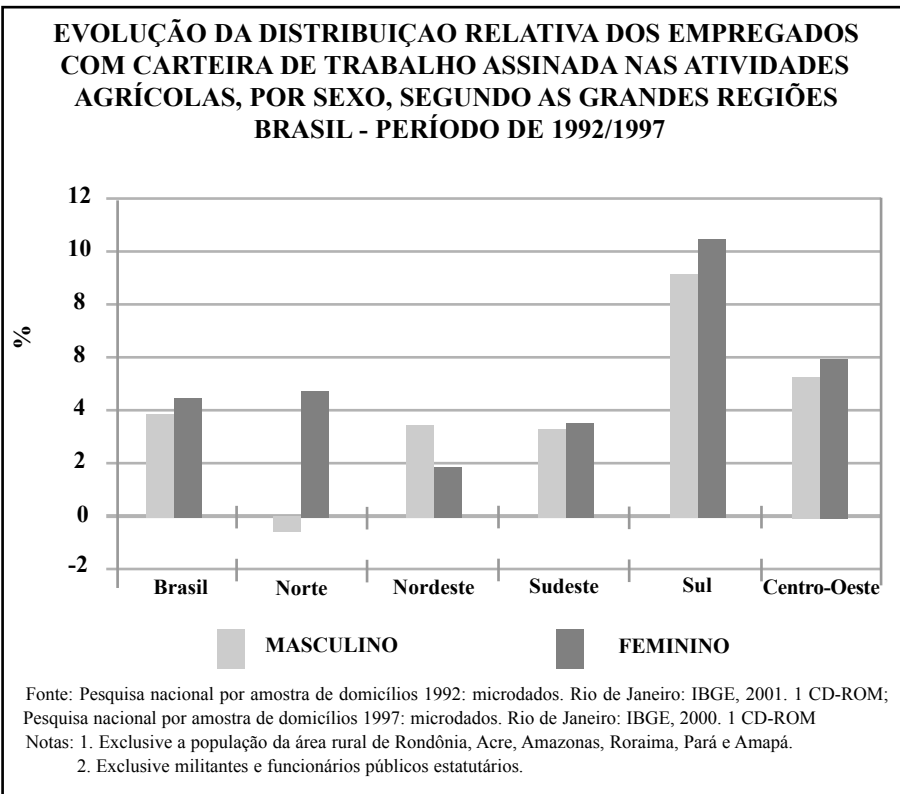


Conclusões: as novas realidades do trabalho na agricultura brasileira

A população ocupada na agricultura brasileira era estimada em 16.141.333 pessoas em 2002, indicando uma redução de 4% em relação a 1997. Estudos do perfil da mão-de-obra rural ao longo dos anos 90, entretanto, sugerem um crescimento, de forma diferenciada, de ocupações em atividades não agrícolas entre os residentes nas áreas rurais. Ao mesmo tempo, as oportunidades de trabalho em ocupações rurais se abrem para residentes urbanos, como no caso dos empregados nas tarefas de corte de cana e colheitas diversas, especialmente no Sul, Sudeste e Nordeste. Esses empregos, em sua maioria temporários, sofrem com a elevação da tributação sobre os contratos formais, estimulando a multiplicação e perpetuação de formas de contratação informal nas agriculturas regionais. Esse fato fica evidente quando verificamos que apenas 10% da mão-de-obra rural era contribuinte da previdência em 2002, ao contrário dos 51% da mão-de-obra urbana. Em relação às mulheres, a precarização se agravava, na medida em que apenas cerca de 3% da mão-de-obra rural feminina contribuía para a previdência em todo o país. (IBGE 2002) O Gráfico 3 reflete essa distribuição regional perversa da precarização do trabalho na agricultura brasileira, que mantém o trabalho rural no Nordeste sob formas tradicionais de contratação.

Ao mesmo tempo, formas de organização familiar permanecem e se ampliam, como no caso dos assentamentos de reforma agrária. Nichos de mercado, como no caso dos hortícolas, ou incentivos de crédito para a agricultura familiar têm garantido a manutenção de formas de produção familiar que combinam o trabalho doméstico com a migração, permanente ou temporária, de parte da família, em busca de salários que irão complementar a renda do núcleo rural. Apesar de baixa, a pro-

GRÁFICO 3



atividade dessas unidades vai permitir que elas se associem, como trabalhadores temporários, à produção orientada para a agroindústria ou para a exportação.

Nesse contexto, avançam transversalmente os desenvolvimentos biotecnológicos, cumprindo agendas de desenvolvimento tecnológico internacionalmente. Internamente, esses avanços acenam com ganhos de produtividade quase sempre baseados na redução de custos de mão-de-obra rural.

Os desafios das próximas décadas estarão na capacidade de pequenos produtores de também se beneficiarem das novas tecnologias. O caso dos cultivos *in vitro* pode ser ilustrativo. Tecnologias modernas podem ser usadas para reduzir o tempo de crescimento de produtos típicos da agricultura familiar, como o abacaxi ou as flores tropicais.¹¹ E ainda reproduzindo variedades de banana resistentes a viroses extremamente graves. Sem contar a crescente aceitação dos orgânicos e dos produtos naturais.

São caminhos por onde devem passar crescentes contingentes de produtores e de trabalhadores. Infelizmente, as causas de desemprego avançam mais rápido do que as soluções para o emprego. Mas as demandas capazes de serem solucionadas com o trabalho humano também são crescentes. Os enormes vazios de qualidade de vida, de nutrição, de infra-estrutura permanecem ou se ampliam nas áreas rurais. (Gehlen, 2004) As soluções tecnológicas já mostraram que podem ser neutras ou positivas em relação ao emprego local, desde que devidamente apoiadas pela disponibilidade de crédito, apoio técnico e formação gerencial.

Baterias de políticas e projetos são destinadas a cada ano à solução de problemas locais. Uma das razões do baixo impacto das políticas públicas para a solução de problemas locais reais parece muito clara: os recursos destinados aos projetos locais são capturados por outras regiões. O caso do Nordeste é característico. A maioria dos recursos de uma prefeitura é gasta com o pagamento de servidores e com compras de bens e serviços *fora* dos seus municípios. Eles serão fontes de

¹¹ A experiência de produzir mudas de banana *in vitro* resistentes a viroses e disseminá-las entre pequenos produtores rurais foi realizada em Pernambuco no final da década de 1990. A idéia era de que parte do processo de aclimação das mudas, depois que saíssem do laboratório da UFRPE, fosse feito nas regiões produtoras, ampliando as oportunidades de emprego locais. Infelizmente, o projeto nunca chegou a sensibilizar os financiadores de novas tecnologias para a agricultura da região.

emprego em outras regiões distantes de suas comunidades. Isso é de se esperar em regiões de poucos recursos, mas reproduz o atraso da região. O caso mais típico é o da merenda escolar. Muitos municípios do interior do Nordeste compram farinhas processadas no Sul, abandonando seus próprios produtores. Deixa-se de trocar votos por empregos indiretos, uma forma ética e sustentável de fazer política. As regras de licitação, criadas para prevenir a corrupção, acabam perpetuando a doação de favores ao invés da compra de produtos localmente. As compras locais dos governos precisam ser estimuladas, sob pena de nos afastarmos ainda mais de soluções concretas para o crescimento do emprego, seja rural ou urbano.

A maioria dos recursos de uma prefeitura é gasta com o pagamento de servidores e com compras de bens e serviços fora dos seus municípios. O caso mais típico é o da merenda escolar. As regras de licitação, criadas para prevenir a corrupção, acabam perpetuando a compra de favores ao invés da compra de produtos localmente. As compras locais dos governos precisam ser estimuladas, sob pena de nos afastarmos ainda mais de soluções reais para o crescimento do emprego, seja rural ou urbano.

Mas outra prioridade se impõe. O enorme potencial de geração de emprego por meio de créditos do PRONAF precisa ser utilizado em favor da produção familiar, do Nordeste em particular. Algumas das dificuldades estão dentro das instituições financeiras, para quem a pulverização de contratos representa um aumento indesejável de custos administrativos. Por outro lado, faltam estímulos suficientes aos produtores para que incorporem o crédito como um componente desejável

de suas atividades produtivas e não como uma ajuda do governo para elevar temporariamente a renda familiar.¹²

O cenário aponta para a diversidade de formas de ocupação no meio rural, segmentadas por atributos, como capacidade técnica e nível educacional. O acesso a formas de educação objetivas e voltadas para necessidades específicas da área rural será uma condição para a agregação de valor à mão-de-obra disponível nas áreas rurais.

Sobre as formas de organização do trabalho, os sindicatos de trabalhadores rurais seguirão perdendo associados para as novas formas de organização de pequenos produtores e de assalariados rurais (Alves e Aleida, 2000). A atualização dos sindicatos como espaços de assistência técnica e formação de seus associados deverá evoluir em detrimento de uma postura reivindicativa diante dos governos. A valorização do produtor rural como agente de transformação, mais do que como objeto de programas de assistência à pobreza deverá tomar corpo, sob pena de ampliarmos a marginalização de categorias essenciais para o desenvolvimento e a proteção à natureza.

Oportunidades crescentes de valorização da produção rural são oferecidas pela diversificação da demanda por produtos mais saudáveis e socialmente mais justos. A expansão de redes de consumo orgânico apresenta enorme potencial, ainda apropriado por produtores mais bem estruturados. O trabalho de ONGs e a criação de espaços de comercialização públicos e privados podem contribuir para sustentar níveis de emprego entre famílias de áreas metropolitanas.¹³

¹² No município de Brejo da Madre de Deus, em Pernambuco, durante os anos 1990, o Sindicato de Trabalhadores Rurais local estabeleceu uma parceria bem sucedida com o Banco do Nordeste para que parte do processo de concessão de crédito fosse feito pelo próprio sindicato. (Barros, 1999)

¹³ É o caso das feiras livres das grandes cidades. Curiosamente, é no Nordeste onde elas são menos organizadas e atraem cada vez menos consumidores.

Uma aliança estratégica entre a produção de conhecimento e a produção familiar deve ser ampliada. Os centros de geração de tecnologias precisam ser revitalizados na direção de um apoio mais decisivo a produtores alimentares, capaz de reforçar a segurança e, sobretudo, a cidadania alimentar.¹⁴

Esse é um quadro de vários matizes, onde se preserva a diversidade e se descobrem oportunidades para o desenvolvimento rural. Um desenvolvimento que dependerá cada vez mais de parcerias entre mercados, agentes financeiros, organizações da sociedade civil, empresas de insumos e biotecnologia, governos e organizações de trabalhadores. Oportunidades de negócios sob a perspectiva de última fronteira. Cada vez mais estamos no final dos recursos naturais e no limite mínimo da resistência dos desempregados. As fórmulas estão prontas, o cenário preparado, os atores ensaiados. Nos resta agora atuar dentro de nossos limites, encarando nossos papéis, cumprindo nossas responsabilidades.

¹⁴ Um exemplo disso é o Projeto Pirapama: Nossa Mata, Nosso Rio, no Cabo, região metropolitana do Recife. Apoiado por uma indústria química, o projeto introduziu receitas de pães que substituem 30 % da farinha de trigo importada por produtos da agricultura familiar local, como aipim, batata doce, inhame. As fórmulas foram desenvolvidas por alunas da Universidade Federal Rural de Pernambuco em seu curso de economia doméstica. Além de deliciosas e nutritivas, as fórmulas têm criado fontes de renda para uma série de famílias locais que não dispunham de outras alternativas de sobrevivência, além dos programas sociais do governo.

Bibliografia

Alves, Francisco e Aleida, Luiz Manoel. 2000. Novas formas de contratação de mão-de-obra rural no complexo agro-industrial citrícola paulista, VII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, ABET.

Banco do Brasil. 2004. Diretoria de Agronegócios. O atendimento à agricultura familiar. Política Agrícola, Ano XIII - Nº 4 - Out./Nov./Dez. 2004. http://www.agronegocios-e.com.br/agr/down/artigos/Pol_Agr_4_Artigo_05.pdf

Barros, Henrique de. (coord.) 1999. Agricultura de Pernambuco: Uma visão de futuro, Fortaleza, BNB.

Barros, Henrique de. 1983. Modernização agrícola autoritária e desestruturização do ecossistema: O caso do Baixo São Francisco, FUNDAJ/CNPq, Recife.

Barros, Henrique de. 1991. Small commodity agriculture in North East Brazil: The case of horticultural farming in Pernambuco brejos, PhD Thesis, University College London, Inglaterra.

Batich, Mariana. 2004. Previdência do trabalhador: uma trajetória inesperada. São Paulo Perspectivas, July/Sept., vol.18, no.3, p.33-40.

Bloch, Didier. 1996. As uvas amargas do velho Chico: Irrigação e desenvolvimento no vale do São Francisco, Recife, Livros da Terra/OXFAM.

Branco, Adélia de Melo e Vainsencher, Semira Adler. 2000. Imprescindíveis e Discriminadas: As Trabalhadoras Rurais na Fruticultura do Vale do São Francisco, trabalho apresentado no VII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, ABET.

Brumer, Anita. 2004. Gênero e Agricultura: A Situação da Mulher na Agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 205-227, janeiro-abril/2004

Buainain, Antônio Márcio, ROMEIRO, Ademar R and GUANZIROLI, Carlos. 2003. Family agriculture and the new rural world. *Sociologias*, no.10, p.312-347.

Camarano, Amélia; Abramovay, Ricardo. 1999. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: um panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: Ipea. (Textos para discussão, n. 612).

Conway, Gordon. 2003. Produção de alimentos no século XXI: Biotecnologia e meio ambiente, São Paulo, Estação Liberdade.

Dean, Warren. 1971. A industrialização de São Paulo. São Paulo: Editora pensamento S/A, USP.

David, Maria Beatriz de Albuquerque (coord.). 1999. Projeto mão-de-obra, emprego e demanda por reforma agrária. Relatório Final, MDA/NEAD.

Freitas, Carlos Eduardo Soares de. 2001. Conveniências ... ou como trabalhadores urbanos podem ser ora diferentes, ora iguais, aos trabalhadores rurais!, <http://www.pt.org.br/assessor/conveniencias.htm>

Gehlen, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. 2004. São Paulo Perspec., Apr./June 2004, vol.18, no.2, p.95-103. ISSN 0102-8839.

IBGE. 2002. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Rio de Janeiro, v.23.

Pastore, José. 2001. Combatendo a desigualdade. Trabalho apresentado no Seminário sobre Pobreza, Banco Mundial (Brasília) 20/09/2001. disponível no site www.josepastore.com.br

Rufino, I. e Albuquerque, L. 1994. O trabalho feminino rural: Efeitos da modernização rural, Recife, Fundaj.

Schneider, Sérgio. 2004. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. Sociologias, Jan./June 2004, no.11, p.88-125

Schneider, Sergio. 1999. Formas de Ocupação e Emprego no Meio Rural (a emergência das atividades rurais não agrícolas e da pluriatividade), VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, ABET.

Silva, José Graziano da e Del Grossi, Mauro E. 2001. Estimativas das famílias sem terra no Brasil: priorizando o combate à pobreza e ao desemprego - Relatório Final, Fundação Economia de Campinas – Fecamp/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento – NEAD.

IBGE. 2001. Mapa do mercado de trabalho no Brasil : 1992-1997, Departamento de Emprego e Rendimento. – Rio de Janeiro, IBGE.

Biografia do autor

HENRIQUE DE BARROS

Henrique de Barros (hdbarros@terra.com.br) é economista, formado na PUC-RJ em 1973. Após alguns anos de trabalho na Fundação Getúlio Vargas, transferiu-se para a Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, para trabalhar com desenvolvimento rural de regiões carentes. Foi coordenador de inúmeras pesquisas sobre os grandes projetos públicos da década de 70, em particular a avaliação do reassentamento populacional para a construção da represa de Sobradinho, e a avaliação dos impactos dos projetos de modernização sócio-ambiental do Baixo São Francisco, no início dos anos 80. Após o doutoramento na University College London, Inglaterra, passou a trabalhar com aspectos participativos do desenvolvimento local, inclusive um estudo sobre as ONGs de assistência técnica no Nordeste rural, além de duas pesquisas, apoiadas pela OXFAM-Brasil, sobre os bancos multilaterais de desenvolvimento – Para Compreender e Dialogar com Organismos Internacionais -, envolvendo o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial.

A partir de meados dos anos 90, dedicou-se a estudos sobre meio ambiente e áreas costeiras, em particular buscando a definição de metodologias para o envolvimento de jovens em processos de desenvolvimento local, com apoio da UNISOL e CNPq. Foi idealizador e organizador das Conferências Internacionais Mangrove 2000 e 2003, reunindo especialistas na questão dos estuários e manguezais, áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável de nosso planeta.

Uma experiência bastante rica foi a convivência de quase cinco anos com a FETAPE- Federação de Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco, de 1997 a 2002, onde foi idealizado e executado o projeto “Parceiros da Terra”, apoiado pelo IICA-MDA, envolvendo a

dinamização dos Sindicatos de Trabalhadores de Pernambuco por meio da informatização e da criação de grupos jovens de assistência técnica.

Desde 2003, desenvolve projetos de desenvolvimento de cidadania alimentar entre comunidades da região metropolitana do Recife, apoiados pela Petroflex, no marco do Protocolo Atuação Responsável.

Atua na Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE desde 1995, como professor de Economia Brasileira Contemporânea e Desenvolvimento da Agricultura Familiar, no âmbito do Departamento de Letras e Ciências Humanas e no Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural.

Desde 2002 até 2006, exerce o cargo de Vice-Presidente da ALASRU – Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (www.alasru.org <<http://www.alasru.org/>>). Entre seus livros publicados inclui-se *Globalización y Desarrollo Rural en América Latina* (2002), organizado com Blanca Rubio, da UNAM- México, além de vários artigos sobre desenvolvimento rural e meio ambiente. Entre os hobbies profissionais incluem-se a tradução de relatórios e manuais para organizações humanitárias, como a CRS e a Caritas Internationalis.

Sobre a Universidade Federal Rural de Pernambuco

A história da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE tem início no dia 3 de novembro de 1912, quando foi lançada a pedra fundamental do edifício que abrigaria as Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária, inauguradas no dia 1 de fevereiro de 1914, na cidade de Olinda, pelo Reverendo Abade do Mosteiro de São Bento, Dom Pedro Roeser.

A trajetória da Universidade vem, desde então, caminhando para a formação do que hoje é a UFRPE, instituição que engloba atualmente nove campi e oferece 19 cursos de graduação, 15 Programas de Pós-graduação, além de cursos de nível médio em seu Colégio Agrícola.

O Departamento de Letras e Ciências Humanas mantém cursos de graduação nas áreas de Economia e Sociologia Rural e História, além do Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural.

Sobre a Organização Gelre

Organização Gelre: 42 anos de excelência no recrutamento, seleção e administração de profissionais em todo Brasil

Pioneira em trabalho temporário no Brasil, a Gelre é uma empresa de recursos humanos que atua há quatro décadas no País. Atualmente, também abrange as áreas de trabalho efetivo e estágios. São mais de dois milhões de currículos em banco de dados, 4.500 clientes e quase 40 mil trabalhadores administrados por mês. Suas principais áreas de atuação são: varejo, construção civil, industrial, administrativo, contábil, agrícola, inclusão social, informática, treinamento, seleção de média gerência e promoção e eventos.

Para atender a esta demanda de vagas e candidatos, a Organização possui mais de 90 unidades no Brasil e 12 na Argentina, onde oferece assessoria para empresas que desejam operar no Mercosul. Fazem parte de sua estrutura treze empresas coligadas (Gelre Trabalho Temporário, Atra Prestadoras de Serviços, Central de Estágios Gelre, Planservice, Plansevig, Plantech, Interclean, Omnia, ASM, GGi, Atra SI, Gelre Agrícola e Rentalcenter) e seis divisões (Construção Civil, Responsabilidade Social, Recrutamento e Seleção, Treinamento, Promoção (GPP) e Média Gerência (Task force). Todas originadas para oferecer soluções eficazes às necessidades específicas de seus clientes.

Os profissionais que buscam colocação ou recolocação no mercado de trabalho, por sua vez, contam com a facilidade de se candidatar às vagas de todas as regiões do País sem nenhum custo, pois os encargos ficam reservados às empresas e aos parceiros que utilizam os serviços da organização.

Para otimizar ainda mais a relação entre empregado e empregador, o portal Gelre.com.br oferece as mais avançadas soluções on line de recursos humanos. Os clientes podem divulgar suas vagas, reduzindo custos e ganhando agilidade no processo de seleção e recrutamento.

Ultrapassando obstáculos

Segundo o IBGE, 14,7% da população brasileira apresentam algum tipo de deficiência. Sensível a esses dados, a Gelre criou a Divisão de Responsabilidade Social, que busca incluir o profissional com deficiência, bem como o de terceira idade, na sociedade por meio de seu trabalho, possibilitando superar suas limitações e aproveitar seu potencial no processo produtivo. É oferecido suporte para as companhias que querem contratar profissionais nestas condições e para o trabalhador em suas necessidades específicas.

Até hoje, cinco anos após sua inauguração, a Divisão de Responsabilidade Social encaminhou mais de 1.700 profissionais com deficiência para o mercado de trabalho, nas mais diversas atividades.

Primeira oportunidade

Atuando como agente de integração entre empresa, estudante e instituição de ensino, a Central de Estágios Gelre busca proporcionar aos alunos de ensino médio, profissionalizante, universitário e de educação especial a oportunidade de uma colocação no mercado de trabalho através da prática do estágio. A divisão oferece entre seus serviços amplo cadastro regionalizado de estudantes, relatório de acompanhamento e controle de frequência.

Diversidade e especialidade

Outras divisões e empresas parceiras especializadas fazem parte da

Organização, cuidando de áreas diversas como: medicina e engenharia de segurança do trabalho, terceirização de administração de pessoal em regime C.L.T., terceirização plena e back office, terceirização de segurança e vigilância, tecnologia em segurança eletrônica e home automation. Estão incluídos ainda tecnologia em serviços de limpeza, soluções de informática para Recursos Humanos (softwares, e-recruitment, etc.), administração de trabalhador rural, terceirização total das rotinas de administração de pessoal e recursos humanos – BPO (Business Process Outsourcing), consultoria de informações trabalhistas e previdenciárias e locação de itens para feiras/eventos /construção civil / engenharia.

Mais informações: (11) 3222-4311, São Paulo - Capital e Grande São Paulo, e 0800-134311, demais localidades.
E-mail: marketing@gelre.com.br

Outros Estudos já publicados

①

BRASIL: ESTAGNAÇÃO E CRISE

WALDIR QUADROS - UNICAMP

AGOSTO/2004

②

OS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO DO BRASIL

JOÃO SABOIA - UNIVERSIDADE

FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FEVEREIRO/2005

③

SEXO FRÁGIL? EVIDÊNCIAS SOBRE A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

ANA FLÁVIA MACHADO, ANA MARIA OLIVEIRA E SIMONE
WAJNMAN,

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

AGOSTO/2005

**Genre Coletânea - Série Estudos do Trabalho
é uma publicação da Organização Gelre.**

Conselho editorial: Jan Wiegerinck, Paulo Belleza e
Cláudia Cerresi Nogueira. **Colaboração:** James Romano.

Concepção, realização e coordenação: Andreoli/MS&L.

Jornalista responsável: Judith Meirelles MTb 18.808.

Produção gráfica: More-AI. **Projeto de Capa:** GPP.

Contato: Div. de Comunicação e Imprensa - Organização Gelre -
Rua 24 de Maio, 35 - 7º andar - Centro - 01041-001 - São Paulo - SP

Tel. (11) 3351-3733 - marketing@gelre.com.br

Gelre Coletânea
Coleção de fascículos
publicados pela
Organização Gelre.

Dezembro/2005



Organização Gelre
Gerando Valor

Gelre Coletânea



Série Estudos do Trabalho

**Nossa terra tem mais vida:
agricultura e emprego rural no
Brasil na virada do milênio**